



O Rio Grande do Sul corre o risco de enfrentar uma crise hídrica?

O verão de 2014-15 vem sendo marcado por uma das piores crises hídricas já registradas no País, que tem colocado em evidência a Região Sudeste, em especial o Estado de São Paulo, e que resulta da soma de inúmeros fatores. Por um lado, o volume de precipitação vem diminuindo há alguns anos, no verão — período no qual são esperados os maiores acumulados de chuva na Região. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia, em 2014 esse déficit atingiu cerca de 30%. Por outro, o mau uso da água e a falta de planejamento e gestão amplificam os efeitos negativos dessa crise, os quais afetam diretamente mais de 80 milhões de pessoas, enquanto as consequências indiretas se alastram por todo o País.

No RS, o verão tem sido bastante chuvoso, com volumes de precipitação acima da média histórica (Normal Climatológica 1961-90) em todas as regiões, chegando a mais do que o dobro do esperado em alguns municípios. Apesar disso, as estiagens são um fenômeno bastante conhecido, pois têm sido frequentes nos últimos anos, causando inúmeros prejuízos econômicos, principalmente nas atividades relacionadas à agropecuária. Embora esse impacto seja mais visível nas áreas rurais, as urbanas também arcam com os prejuízos decorrentes das estiagens, uma vez que a maioria da população reside nesses locais e, portanto, a demanda de água é bastante expressiva.

O regime de precipitação no Estado vem sofrendo alterações nas últimas décadas, se comparado ao comportamento histórico. Se antes as chuvas eram distribuídas de maneira mais ou menos homogênea ao longo do ano — e, por isso, o clima do RS é considerado do tipo fundamental Cf, ou temperado úmido, segundo a classificação climática de Köppen —, cada vez mais ocorrem eventos de grandes volumes de precipitação, concentrados em um curto espaço de tempo, intercalados com períodos de estiagem (mais ou menos prolongados). No verão, devido às altas temperaturas e, conseqüentemente, maiores taxas de evaporação, os efeitos das estiagens são mais intensos. Apesar dessa mudança na distribuição das chuvas, o volume acumulado no ano não tem sofrido alterações importantes. Portanto, a falta de precipitação não se coloca como um provável fator desencadeador de uma crise hídrica no Estado.

Quanto à disponibilidade hídrica, o RS possui uma das maiores do País, contando com uma grande densidade de cursos d'água, um vasto sistema de lagoas na planície costeira e grandes reservatórios de água subterrânea, como o Aquífero Guarani, um dos mais importantes do mundo, que possui mais de 18% do seu volume em território gaúcho.

Sendo assim, embora exista desequilíbrio entre disponibilidade e demanda em algumas áreas, os fatores que podem

deflagrar uma crise hídrica no Estado são mais de ordem qualitativa do que quantitativa, relacionando-se à má qualidade das águas (disponíveis para a coleta) e à falta de planejamento e gestão em áreas estratégicas.

A falta de saneamento adequado é um dos principais problemas que resultam na má qualidade das águas. De acordo com o Ministério das Cidades, apenas 31,2% do esgoto são coletados e 12,6% são tratados no RS, enquanto, no Brasil, esses percentuais alcançam 54,2% e 39% respectivamente. Além disso, três dos 10 rios mais poluídos do País estão localizados no Estado — Sinos, Gravataí e Caí —, os quais abastecem mais de 1,5 milhão de pessoas. Os Municípios de Canoas e Gravataí figuram entre os 20 piores do País no *ranking* do saneamento (que analisa a situação dos 100 municípios mais populosos do País).

O uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes nas lavouras do Estado — uma média anual de 8,3 l/hab., quase o dobro da média nacional, que é de 4,5 l/hab. — e o despejo inadequado de rejeitos industriais também influenciam na perda de qualidade das águas.

Nas cidades, contribuem para um desequilíbrio no balanço hídrico, por um lado, o aumento da demanda — que deverá ser de cerca de 6% até 2025 — e, por outro, a diminuição da disponibilidade, seja por perda de qualidade, seja de quantidade. Nas áreas rurais, esse desequilíbrio é ainda maior e está relacionado, principalmente, à retirada de água para irrigação de mais de 150.000 hectares de lavouras, o que consome 78% do total da água utilizada no Estado.

Devido a esse desequilíbrio, a Agência Nacional das Águas (ANA) considera que o RS possui uma das situações mais críticas de balanço hídrico, junto com o semiárido nordestino, e, por isso, está entre as áreas prioritárias de ação do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas), que visa ao planejamento e à gestão dos recursos hídricos em áreas críticas.

Diante de tal cenário, pode-se dizer que o Estado já sofre uma crise crônica, causada por falta de planejamento e má gestão dos recursos hídricos, e que resulta na baixa qualidade da água e no desequilíbrio entre disponibilidade e demanda. É vital, portanto, que sejam implementados planos eficientes de adequação, para evitar que uma crise crônica se transforme em aguda, como já ocorre no Sudeste do País, com conseqüências locais que poderão ser ainda mais graves e difíceis de contornar.

Mariana Lisboa Pessoa
Geógrafa, Pesquisadora da FEE

O menor desemprego da RMPA: a melhor fase do mercado de trabalho?

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 2014, foi de 5,9% da População Economicamente Ativa (PEA), a menor média anual em 22 anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA), iniciada em junho de 1992. Todavia outros indicadores não tiveram comportamento favorável: o nível de ocupação teve queda de 2,1% — a maior da série histórica da pesquisa —, e o rendimento médio real dos ocupados registrou relativa estabilidade, após elevação contínua desde 2005. Esses resultados interrompem o desempenho positivo dos indicadores do mercado de trabalho regional, observado nos 10 anos anteriores. Nesse contexto, será que a menor taxa de desemprego em 2014 pode representar a melhor fase do mercado de trabalho?

A taxa de desemprego é determinada no mercado de trabalho a partir do confronto entre a demanda por trabalho — dependente do nível de produção da economia — e a oferta de trabalho, que é dada pelos movimentos da PEA, de forma que seu aumento ou sua redução terá reflexo direto sobre a taxa de desemprego.

Quanto à demanda por trabalho, há indicativos de que a fase de crescimento contínuo do emprego, que foi o principal determinante para a redução da taxa de desemprego no período de 2004 a 2013, ficou para trás. De fato, o nível ocupacional, já em desaceleração desde 2011, contabilizou queda em 2014. Como a economia não cresceu, a maioria dos setores demitiu mais do que contratou. O rendimento médio real dos ocupados, por sua vez, registrou relativa estabilidade, e os assalariados obtiveram queda de 0,5%. A massa de rendimentos reais teve retração de 2,0% para os ocupados e 2,7% para os assalariados em decorrência da queda na ocupação. Esses dados tornaram o ano de 2014 singular para o mercado de trabalho regional, pois, pela primeira vez, tem-se a menor taxa anual de desemprego e a maior taxa anual de retração da ocupação.

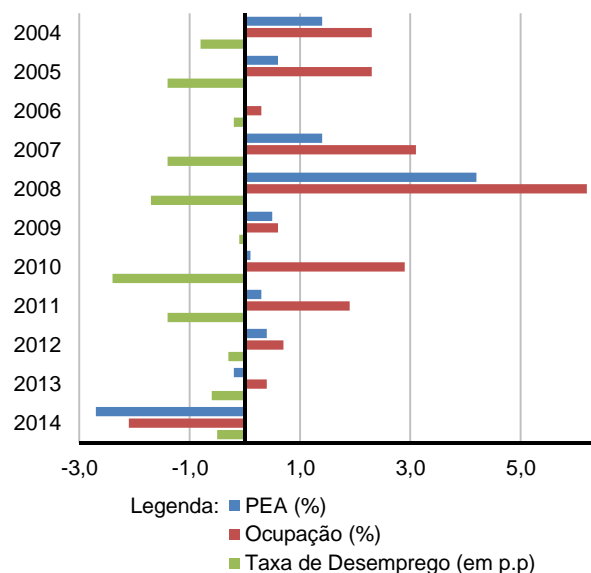
Para entender 2014, é necessário analisar o que está acontecendo no lado da oferta de trabalho. Verifica-se uma redução no ritmo de crescimento da força de trabalho de 2009 a 2012, relativa estabilidade em 2013 e retração de 2,7% em 2014, refletindo a saída de 51 mil trabalhadores do mercado de trabalho. Essa redução da PEA, sendo de maior magnitude do que a retração da ocupação (menos 38 mil ocupados), possibilitou a diminuição de 13 mil no contingente de desempregados e a consequente queda na taxa de desemprego, de 6,4% para 5,9%. Se não houvesse esse declínio da PEA e mantida a queda da ocupação, o resultado seria uma elevação na taxa de desemprego para 8,4% em 2014.

Uma questão que se apresenta é até quando o aumento do desemprego será contido pela saída de pessoas do mercado de trabalho. Os dados de 2014 sugerem que fatores socioeconômicos passaram a influenciar o comportamento da PEA com maior intensidade do que as mudanças demográficas. Com base nas informações da PED-RMPA, comparando 2013 a 2014, em números absolutos, observa-se que a saída do mercado de trabalho ocorreu entre os jovens de 16 a 24 anos (menos 30 mil ou -8,6%) e adultos de 25 a 39 anos (menos 27 mil ou -3,7%), pois houve aumento de 6 mil entre os que possuem 40 anos e mais. Quanto à escolaridade dos que saíram, destaca-se que 43 mil possuíam, no máximo, o fundamental completo, e 11 mil tinham concluído o ensino

médio ou estavam cursando o ensino superior. Ademais, verifica-se que a proporção de jovens de 16 a 24 anos que somente estudam, na RMPA, aumentou de 23,9% (127 mil) em 2013 para 26% (133 mil) em 2014, o mesmo ocorrendo entre os jovens dessa faixa etária que nem estudam e nem trabalham (nem-nem), cuja proporção subiu de 11,2% (60 mil) em 2013 para 12,6% (65 mil) em 2014.

O bom desempenho dos últimos 10 anos do mercado de trabalho e das políticas sociais parece ter proporcionado condições mais favoráveis para a permanência dos jovens na escola e o adiamento do ingresso no mercado de trabalho, apesar de não ter reduzido os “nem-nem”. No âmbito da família, destacam-se o crescimento do rendimento médio real dos ocupados e o baixo índice de desemprego para os chefes de domicílio (3,3% em 2014), e, no âmbito das políticas sociais, destacam-se os programas de incentivo à formação superior, como o financiamento estudantil (Fies), o Prouni e o Ciência sem Fronteiras. Esse fenômeno pode ser considerado como positivo para a sociedade gaúcha, mas questiona-se a continuidade desse processo, dado que o cenário da economia brasileira e da gaúcha para 2015 não é de otimismo. Nessa situação, uma menor renda no âmbito familiar poderá desencadear o movimento de retorno desses jovens e de outros membros da família ao mercado de trabalho. Portanto, após atingir a menor taxa de desemprego da série PED-RMPA, a análise do mercado de trabalho permite concluir que 2014 de fato não retrata a sua melhor fase, assim como dá indícios de que a taxa de desemprego poderá voltar a crescer a partir de 2015.

Taxa de variação da População Economicamente Ativa (PEA), do contingente de ocupados e variação da taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2004-14



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, RMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Iracema Castelo Branco
Economista, Pesquisadora da FEE

Enquanto a tarifa de ônibus sobe, andar de carro fica mais barato em Porto Alegre

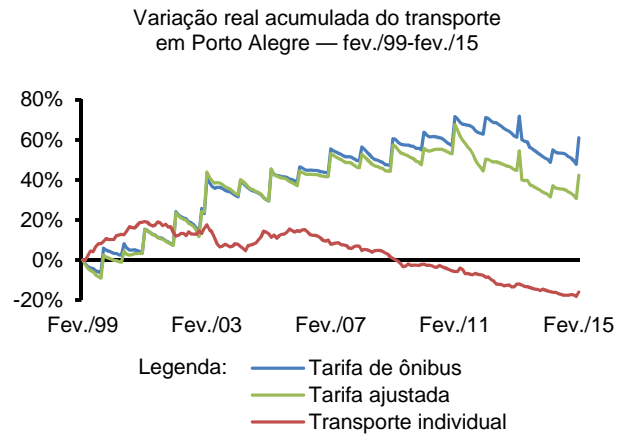
Um dos principais problemas das grandes cidades são os engarrafamentos causados, sobretudo, pelo aumento da frota de veículos. De 1999 a 2014, a população de Porto Alegre cresceu 10%, enquanto o número de automóveis cresceu 65%, e o de motos, 256%. Contribuíram para esse cenário o crescimento da renda real dos trabalhadores, os sucessivos aumentos das tarifas e a falta de qualidade dos transportes coletivos, a inexistência de linhas de metrô e os fortes incentivos ao transporte individual.

De fevereiro de 1999 a fevereiro de 2015, a inflação na RMPA medida pelo IPCA foi de 188%. No mesmo período, a tarifa de ônibus cresceu 364%, um aumento real de 61%. Se o preço da passagem fosse dividido por todos os passageiros, o aumento teria sido de 310%, um crescimento real de 42%. Essa diferença ocorre devido à ampliação do número de isentos, explicada, principalmente, pelo aumento da população de idosos e pela implantação da bilhetagem eletrônica. Por outro lado, o transporte individual está mais barato. Considerando todos os custos de andar de carro ou moto na RMPA, tem-se um aumento nominal de 142%, o que representa uma queda real de 16%.

Um estudo do IPEA com dados de 2003 e 2004 mostra que, do total de subsídios diretos ao transporte no Brasil, de 7,6% a 9,9% são direcionados ao transporte público, sendo o restante ao automóvel. A política de preços dos combustíveis também está incentivando o transporte individual: nos últimos 13 anos, o preço da gasolina em Porto Alegre subiu 120%, e o do diesel, 212%, segundo a ANP.

A orientação das políticas públicas mudou um pouco após os protestos de 2013. Além de uma alteração na forma

de cálculo da tarifa recomendada pelo Tribunal de Contas do Estado, a redução de alguns tributos sobre o ônibus ajudou a reduzir, pela primeira vez, a tarifa em Porto Alegre. Essa pequena queda, entretanto, não foi suficiente para mudar significativamente a tendência de incentivo ao uso do carro verificada nas últimas duas décadas.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
EPTC.

NOTA: 1. Dados deflacionados pelo IPCA-RMPA.

2. Tarifa de ônibus ajustada pelo número de isentos.

André Coutinho Augustin
Economista, Pesquisador da FEE

Resíduos sólidos urbanos na RMPA: a contramão da política nacional

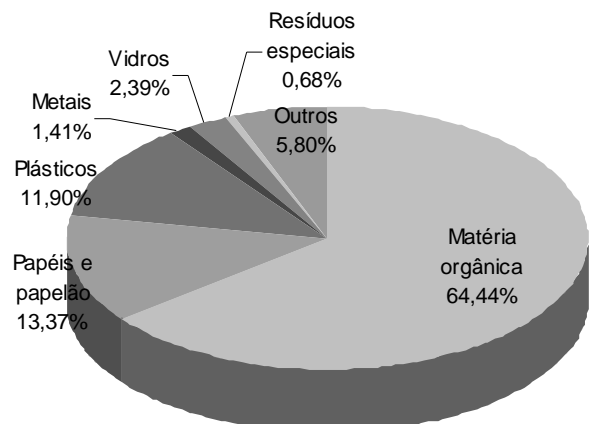
O Brasil é a terceira nação que mais acumula lixo. O Relatório de Resíduos Sólidos Urbanos (IPEA, 2012) relata que são 183.481,50 toneladas de sobras por dia, só ficando atrás da China e dos Estados Unidos. Nas cidades com maior concentração populacional, a geração desses resíduos supera 1,2 kg/hab/dia. Segundo esse documento, caso todo o resíduo reaproveitável atualmente enviado a aterros e lixões em todo o Brasil fosse reciclado, a riqueza gerada poderia chegar a R\$ 8 bilhões anuais, cerca de um terço do Bolsa Família, ou 3% do pagamento de juros da dívida.

Entretanto, na contramão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), todos os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), bem como de outras regiões, foram, por uma gestão equivocada, levados a transportar o “lixo” para o aterro sanitário localizado em Minas do Leão. Além de desperdiçar matéria-prima, não aproveitar oportunidades de geração de trabalho e renda com reciclagem e reúso, são colocadas diariamente centenas de caminhões no já caótico trânsito, aumentando o risco de acidentes, o gasto de combustíveis, a poluição e um acelerado desgaste das nossas precárias estradas. Os prejuízos são de ordem econômica, social e ambiental.

Segundo o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre, a coleta seletiva corresponde a 25% dos resíduos domiciliares. Entretanto mais de 1.000 t/dia são recolhidas pela coleta não seletiva, na qual cerca de uma quarta parte seria de recicláveis, não selecionados, “enterrados” em Minas do Leão. Outro dado importante para avaliar é que 64,44% do coletado é matéria orgânica.

O desafio da adequação da gestão dos resíduos sólidos urbanos exige dos órgãos responsáveis uma série de ações que passam, principalmente, pela revisão das normativas para esse setor. Isso não significa flexibilizar, mas, sim, modernizar as bases conceituais e referenciais que estruturam o licenciamento ambiental. Essa mudança pode e deve acontecer à luz da ciência e tecnologia dentro dos princípios de qualidade de vida e bem-estar social.

Representação estrutural por tipo de resíduos sólidos urbanos coletados no Município de Porto Alegre — 2015



FONTE: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/DMLU.

NOTA: Dados preliminares.

Túlio Antônio de Amorim Carvalho
Engenheiro Agrônomo, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — ago./14-jan./15

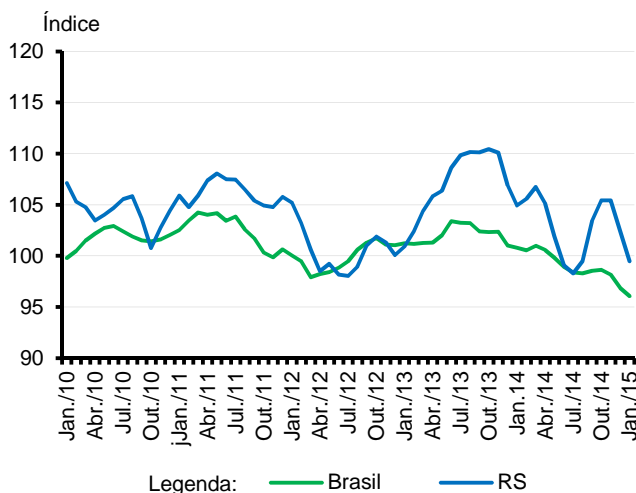
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Ago./14	0,25	4,02	6,51	-0,27	1,55	4,88	
Set./14	0,57	4,61	6,75	0,20	1,75	3,54	
Out./14	0,42	5,05	6,59	0,28	2,04	2,95	
Nov./14	0,51	5,58	6,56	0,98	3,04	3,65	
Dez./14	0,78	6,41	6,41	0,62	3,67	3,67	
Jan./15	1,24	1,24	7,14	0,76	0,76	3,96	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jan./15

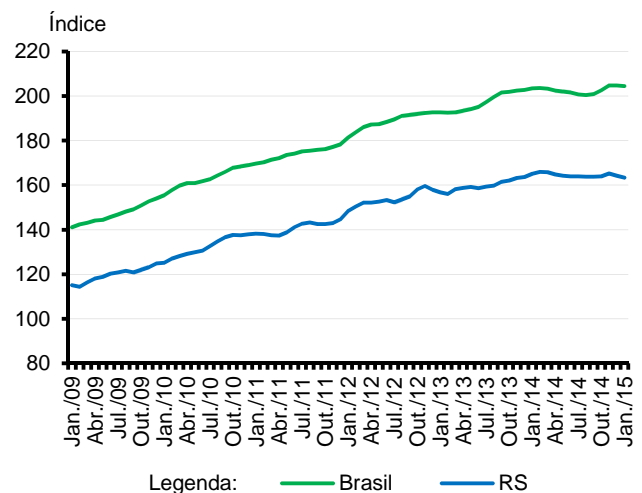


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jan./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — ago./14-jan./15

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	Jan./15		
Taxa de câmbio (US\$) (1)	2,27	2,33	2,45	2,55	2,64	2,63	2,63	2,37
Taxa de câmbio efetiva real (2)	89,9	90,5	93,4	94,8	95,4	92,8	92,8	91,5
Taxa básica de juros (% a.a.) (3)	11,00	11,00	11,25	11,25	11,75	12,25	12,25	11,17
Superávit primário (% do PIB)	3,34	5,94	-0,83	1,78	2,84	-4,88	-4,88	0,61
Balança comercial (US\$ milhões)	1.162	-940	-1.177	-2.351	293	-3.174	-3.174	-3.065
Exportações (US\$ milhões)	20.463	19.617	18.330	15.646	17.491	13.704	13.704	222.779
Importações (US\$ milhões)	-19.302	-20.557	-19.507	-17.997	-17.198	-16.878	-16.878	-225.844
Transações correntes (US\$ milhões)	-5.506	-7.937	-8.155	-9.367	-10.317	-10.654	-10.654	-90.358

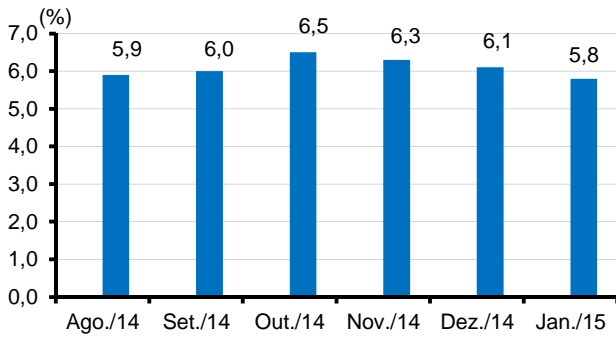
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 24 nº 03

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — ago./14-jan./15



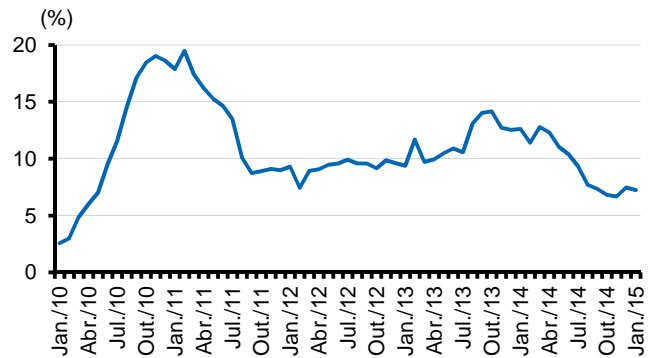
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o DIEESE interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jan./15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

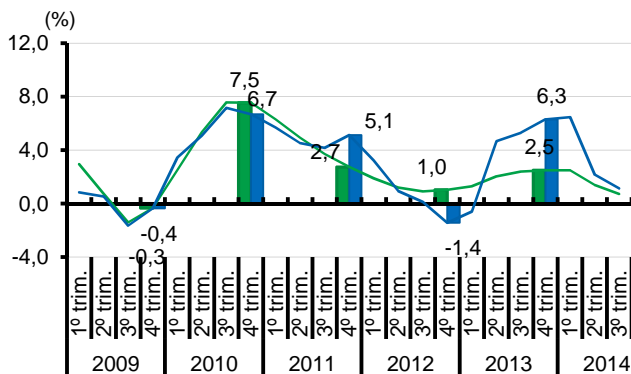
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — ago./14-jan./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Ago./14	12.615	154.018	8,2	-18,0	-1,7	-23,8	1,9	8,7	-3,7
Set./14	14.682	173.635	8,5	-16,1	-2,3	-23,3	1,3	10,1	-3,7
Out./14	16.214	191.965	8,4	-24,0	-4,2	-24,1	-0,2	1,1	-4,2
Nov./14	17.261	207.610	8,3	-27,9	-6,2	-25,6	-2,2	-2,9	-4,3
Dez./14	18.608	225.101	8,3	-25,8	-7,1	-24,3	-2,8	-1,4	-4,6
Jan./15	967	13.704	7,1	-10,3	-14,5	4,7	3,0	-14,3	-17,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-3º trim./14



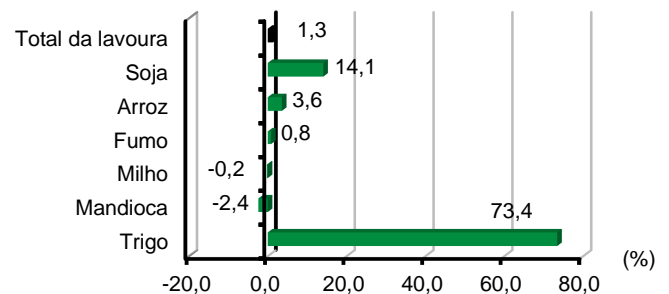
Legenda:

■ PIB do Brasil ■ PIB do RS
 — PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — fev./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Desigualdade patrimonial no Brasil entre candidatos municipais de 2012

Ao longo dos últimos anos e, em particular, desde a publicação do livro **O Capital no Século XXI**, de Piketty, tem-se acelerado, no Brasil, o debate acerca da tributação progressiva e de uma melhor mensuração da desigualdade patrimonial. Como pano de fundo, questiona-se se houve, *de facto*, queda na desigualdade econômica do País, sobretudo na chamada década inclusiva. Isto é, não estaria o processo de melhora na distribuição pessoal e funcional da renda escondendo uma maior concentração de estoques de riqueza? Ou melhor, estaria essa inclusão circunscrita apenas ao mundo do trabalho (dispersão salarial) ou seria uma distribuição no sentido mais amplo, que abarca o patrimônio e os rendimentos oriundos de ativos financeiros? Diante dessas indagações, o cadastro patrimonial do Tribunal Superior Eleitoral, ainda que estatisticamente não significativo, permite realizar um exercício interessante. Trata-se de uma base de declarações de pessoas físicas, candidatas a cargos eletivos, que, nas eleições municipais de 2012, atingiu a ordem de mais de 480.000 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador em todos os municípios de todos os estados brasileiros. A base, ainda que apresente deficiências como subdeclarações e, principalmente, a falta de consistência estatística,

possibilita visualizar um lado oculto da desigualdade no Brasil. Vale lembrar que candidatos a eleições, mesmo distribuídos por todos os municípios e em quantidade maior do que uma amostra da própria Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), não são representativos do todo populacional.

Não obstante, a análise da distribuição patrimonial dos candidatos permite calcular o Gini patrimonial tanto total quanto pelas características imobiliária, financeira e mobiliária dos políticos municipais para o ano de 2012. Destaca-se, então, o levantamento realizado por André Calixtre que revela que o patrimônio imobiliário, representando 70,48% de todo o patrimônio declarado, apresenta um Gini muito superior ao apontado pelas pesquisas domiciliares, pois aqui se englobam todos os tipos de imóveis, e não apenas a habitação em que mora a família entrevistada pela pesquisa domiciliar. Chama a atenção também que o patrimônio mobiliário, cuja desigualdade é a menor entre os três tipos de estoques, permanece bastante superior ao apontado pela PNAD para a renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos (0,53 em 2012).

Distribuição patrimonial dos candidatos nas eleições municipais do Brasil — 2012

DISCRIMINAÇÃO	VALOR DECLARADO (R\$)	PARTICIPAÇÃO %	GINI INTERNO (1)	GINI (2)
TOTAL	55.520.520.671,75	100,00	0,707	0,819
Patrimônio imobiliário	39.133.331.344,43	70,48	0,650	-
Patrimônio financeiro	7.643.624.916,30	13,77	0,846	-
Direitos e bens imóveis	8.743.564.411,02	15,75	0,626	-

FONTE: CALIXTRE, André. Nas fronteiras da desigualdade brasileira: reflexões sobre as décadas de 1990 e 2000. **Friedrich Ebert Stiftung**, São Paulo, dez. 2014. Artigo originalmente escrito em inglês para o projeto "Shared Prosperity in Emerging Economies", organizado pela Fundação Friedrich Ebert (FES).
(1) Exclui candidatos que nada declararam. (2) Inclui candidatos que nada declararam.

Antônio Albano de Freitas
Economista, Pesquisador da FEE

O papel do Bloco Educação na elevação do Idese durante o período 2010-12

A recente ênfase das políticas públicas na educação infantil parece estar gerando resultados no Brasil e no RS. Os dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Estado mostram que a elevação das matrículas na pré-escola teve papel importante no período 2010-12.

O Idese é um índice sintético de desenvolvimento composto por três blocos (Educação, Renda e Saúde) e divulgado anualmente pela FEE. Os últimos dados divulgados mostram elevação de 0,727 para 0,744 no índice geral no período 2010-12 (1,2% a.a.). O maior aumento foi no Bloco Educação, que passou de 0,654 para 0,685 (2,3% a.a. em 2010-12). A taxa de matrícula bruta na pré-escola foi o destaque, tendo-se elevado de 60,1% para 70,9% de acordo com estimativas da FEE.

A melhoria nos indicadores da pré-escola é bem-vinda. O Plano Nacional de Educação (2014-24) prevê atendimento escolar de 100% às crianças de 4 e 5 anos. Apesar do crescimento, ainda é necessário maior esforço para atingir a necessária universalização do atendimento.

Indicadores para o ensino fundamental avaliados no Idese também apresentaram melhora no período em questão. O sub-bloco ensino fundamental (EF), que conta com indicadores de qualidade, elevou-se de 0,669 para 0,680. Essa elevação foi fruto do desempenho dos estudantes gaúchos dos anos iniciais do EF na Prova Brasil. Relativa estabilidade foi verificada nos indicadores referentes ao ensino médio, além de uma pequena melhoria nos indicadores de estoque de escolaridade adulta.

Resultados do Bloco Educação, total e por sub-blocos, do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) no Rio Grande do Sul — 2010-12

ANOS	SUB-BLOCOS DO BLOCO EDUCAÇÃO DO IDESE						IDESE EDUCAÇÃO
	Taxa de Matrícula Bruta na Pré-Escola	Taxa de Matrícula Bruta no Ensino Médio	Ensino Fundamental (Prova Brasil)			Escolaridade Adulta (proporção de adultos com ensino fundamental completo)	
			Anos iniciais	Anos finais	Média (anos iniciais e finais)		
2010	0,610	0,774	0,685	0,654	0,669	0,563	0,654
2012	0,709	0,773	0,710	0,650	0,680	0,576	0,685

FONTE: FEE.

Thomas Kang
Economista, Pesquisador da FEE

Grécia: problemas nacionais, desdobramentos internacionais

A formação de um novo governo grego, sob a liderança do partido de esquerda Syriza, em janeiro de 2015, lançou à Europa e ao mundo questões bem maiores do que a relevância econômica da Grécia. Apesar de o País representar pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia (UE), os desdobramentos das negociações sobre o financiamento e o volume do enorme passivo, além de sua permanência na Zona do Euro, podem influir em outras partes do Velho Continente. A ascensão de Alexis Tsipras constitui-se em um desafio à continuidade das políticas austeras no combate à crise econômica no bloco europeu.

Até 2008, quando os problemas econômicos se tornaram mais agudos, a Grécia crescia a um ritmo acima da média europeia, graças ao vigoroso setor de turismo, mas, também, ao consumo financiado via empréstimos estrangeiros, sobretudo da própria UE. Estes últimos, aliados aos saldos comerciais negativos, culminavam em sucessivos e onerosos déficits em suas transações correntes, que chegaram a 15% em relação ao PIB em 2008.

Desde então, conforme dados do Eurostat, órgão estatístico da UE, a economia grega entrou em um verdadeiro colapso: retração de quase um terço do PIB, aumento da dívida externa (de 109% em 2008 a 175% do PIB em 2015) e desemprego em 27%. Outros casos “problemáticos”, como Espanha, Portugal e Irlanda, registraram problemas semelhantes em suas transações correntes antes de entrarem na recessão, porém em menor grau. O desastre grego só não foi pior do que o da minúscula Islândia, a qual teve, em 2008, 25% de déficit em relação ao PIB nesse indicador e sofreu uma redução de quase a metade em seu produto entre 2007 e 2010.

A depressão econômica da Grécia, equiparável em termos de profundidade à Grande Depressão nos Estados Unidos, parecia ter encontrado seu “ponto de inflexão” em 2014, quando se registrou uma tímida recuperação, com crescimento de 1%. As transações correntes permaneceram deficitárias, mas em um nível bem menor do que no início da crise (cerca de 2% do PIB). No entanto, no último trimestre desse ano, o PIB do País voltou a registrar retração de 0,4% em relação ao trimestre anterior.

Dado o colapso da economia grega, não surpreende o desempenho de partidos mais novos e radicais, inclusive o próprio Syriza, que congrega diversos grupos de esquerda, e seu aliado, Novos Gregos, de direita. Apesar de estes dois últimos discordarem em uma série de questões de política social e migração, eles convergem na crítica aos dois pacotes de resgate, assinados em 2010 e 2014. Esses acordos previam o financiamento da dívida grega, condicionado a cortes rígidos no orçamento estatal e a aumento de impostos.

Ao longo de 2015, esperam-se negociações entre o governo grego e a chamada Troika — Banco Central Europeu (BCE), Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional (FMI) — sobre o problema do financiamento da dívida grega. Tsipras busca rever esses acordos e estancar os cortes orçamentários. Até o momento, os credores concordaram em postergar em alguns meses alguns prazos da dívida, mas rejeitaram a revisão de seu volume.

Com impasse nas negociações, a Grécia poderá ver-se obrigada a abandonar o euro e ter dificuldades ainda maiores em obter acesso aos circuitos tradicionais de fornecimento de crédito. E há boas chances de isso ocorrer, já que, além das

pressões internas, os credores internacionais estão pouco propensos a ceder. Tem sido destacada (e criticada) a intransigência da Alemanha, mas outros atores têm também adotado posições rígidas, como a Holanda e a Finlândia, além do FMI e do BCE.

Observa-se uma postura mais discreta de países em situação econômica desconfortável, como a França e a Itália, cujos líderes inclusive declararam a necessidade de a Grécia crescer para se tornar solvente. Em situação mais crítica, Espanha, Irlanda e Portugal terão eleições em 2015, nas quais os partidos “antiausteridade” apresentam boas perspectivas de desempenho, com destaque ao “Podemos”, um jovem partido espanhol com semelhanças programáticas — e simpatias — ao próprio Syriza. No espectro ideológico da direita, movimentos nacionalistas críticos à União Europeia e à moeda comum têm ganhado espaço em manifestações e debates em quase todos os países da Europa Ocidental e do Norte. A ruptura grega com o euro, apelidada de *Grexit* (trocadilho em inglês para “saída da Grécia”), poderia alimentar os quadros dos movimentos políticos mais radicais na Europa, tanto à esquerda, quanto à direita.

Ao mesmo tempo, o novo governo grego tem buscado ampliar sua margem de manobra, ao estreitar relações com países fora do bloco, como a Rússia, EUA e China. Chamou a atenção a decisão russa de suspender, no final de 2014, o projeto do gasoduto Corrente do Sul, que conectaria as regiões gasíferas da Rússia à Europa Central e à Alemanha via Bulgária. Mas, com a enorme pressão da UE sobre esta última em face do conflito na Ucrânia, os russos têm investido em outro projeto, o Corrente Turca. Como o nome sugere, deve atravessar a Turquia e atingir a Grécia. Essa, ainda, seria favorecida com a construção, em seu território, de um *hub*, a partir do qual o gás russo seria escoado para o restante da Europa, inclusive para países menos críticos a Moscou, como Macedônia, Sérvia, Hungria e até mesmo Áustria. Curiosamente, a mudança de planos russa coincidiu com a ampliação do favoritismo do Syriza na campanha eleitoral. Os EUA, numa posição mais intermediária, defendem reformas pró-mercado, mas apenas após a retomada do crescimento. A China, no passado recente, já se ofereceu para comprar títulos da dívida grega e tem planos de investir em infraestrutura portuária, um setor de alta relevância econômica no País.

Os desdobramentos da crise grega para a economia mundial e para o próprio Brasil são mais difíceis de serem identificados. Mas o interesse geral tem sido grande, em função das contribuições sobre o debate de política econômica. Por exemplo, até que ponto o País tem a capacidade política de convencer os financiadores de seus déficits em transações correntes? O alinhamento econômico e político com Rússia e China e uma maior autonomia frente a Bruxelas poderão trazer alento à economia grega? Quais as consequências do *Grexit* e da retomada da soberania monetária e cambial? E, afinal, os países em crise devem pagar suas dívidas para depois crescer, ou vice-versa? As respostas deverão ser levadas em consideração por parte de gregos, troianos, e todos os interessados em gestão pública.

Bruno Mariotto Jubran
Internacionalista, Pesquisador da FEE

Exportações gaúchas de couro superam as de calçados

O segmento coureiro-calçadista revela-se fundamental na história do desenvolvimento da economia gaúcha, a qual sempre se destacou nas exportações brasileiras de couro e calçados. Entretanto sua dinâmica vem sofrendo modificações ao longo do tempo.

Analisando-se dados para a economia do Rio Grande do Sul a partir de 2003, observa-se que as exportações de calçados e suas partes vêm apresentando forte tendência de redução. As vendas externas atingiram um pico de US\$ 1,4 bilhão em 2005, passando para US\$ 516,4 milhões em 2014, uma expressiva queda de 56,5%. Nesse contexto, a participação relativa do setor de calçados na pauta exportadora gaúcha rumou de 14,8% em 2003 para 2,8% em 2014 (chegando a representar 2% em 2013).

Tal retração está fortemente atrelada à queda nas vendas de calçados de couro. O total de pares de calçados embarcados (desconsiderando-se as partes de calçados) caiu de 119,9 milhões em 2004 para 18 milhões em 2014, sendo que os calçados de couro foram responsáveis por 86,4% dessa queda. Dentre os motivos para a forte redução das exportações de calçados do Estado, pode-se mencionar: a ascensão da China e de outros países asiáticos nesse setor (vantagens de custo em mão de obra), o deslocamento de fábricas para outras regiões brasileiras (sobretudo, Nordeste), a valorização cambial ocorrida a partir de meados da década de 2001-10, o aumento nos custos de produção e a substituição do couro por materiais sintéticos.

Por outro lado, as exportações gaúchas de couro curtido cresceram substancialmente nos dois últimos anos avaliados, a despeito de se manterem relativamente estáveis entre 2003 e 2012. A média do valor exportado do produto pelo RS entre 2003 e 2012 ficou na casa dos US\$ 439,5 milhões, enquanto em 2013 esse valor passou para US\$ 498,7 milhões e, em 2014, para US\$ 598,5 milhões. Por sua vez, a quantidade exportada de couro apresentou leve tendência de queda no período analisado, caindo de 44,6 milhões de m² em 2003 para 41,1 milhões de m² em 2014. Contudo o preço médio do couro apresentou elevação, subindo de US\$ 8,20/m² para US\$ 14,56/m² — o que explica o comportamento do valor exportado.

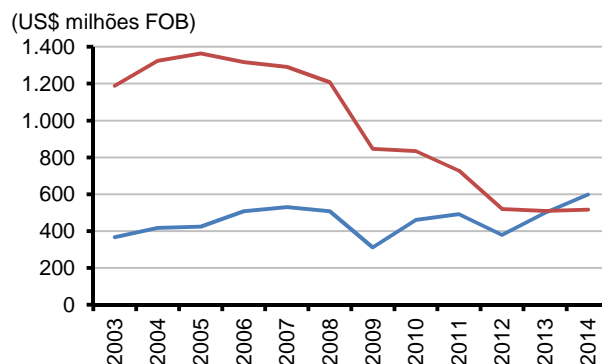
Em virtude da forte elevação das vendas de couro em 2014 e da tendência de queda das exportações de calçados em todo o período estudado, as exportações de couro do Estado ultrapassaram as de calçados em 2014. Explicam esse resultado os aumentos nas vendas de couro em 2014, principalmente, para os Estados Unidos (que se elevaram de US\$ 76,4 milhões em 2013 para US\$ 101 milhões em 2014), China (de US\$ 71,4 milhões para US\$ 83 milhões) e Vietnã (de US\$ 7 milhões para US\$ 30,5 milhões). Além disso, observou-se uma grande queda nas exportações de calçados entre 2003 e 2014 para os Estados Unidos (de US\$ 789,5

milhões em 2003 para US\$ 79,6 milhões em 2014) e Reino Unido (de US\$ 93 milhões para US\$ 16,6 milhões).

Assim sendo, constata-se que o RS vem experimentando uma contração em suas exportações de um produto com maior valor agregado, o calçado, e aumentando as exportações de um produto de menor valor agregado, o couro; em outras palavras, vem deixando de exportar um bem manufaturado para exportar diretamente o seu insumo. Esse fenômeno implica impactos negativos para a economia gaúcha, dado vincular-se a questões pertinentes à reprimarização de sua pauta exportadora, gerando consequências perversas tanto no curto prazo (menor entrada de divisas) quanto no longo prazo (reflexos sobre a estrutura produtiva).

Os dados já disponíveis para 2015 revelam um quadro desfavorável em relação ao ano anterior. Confrontando-se os meses de janeiro desses anos, verifica-se uma queda das vendas externas tanto de couro quanto de calçados (-4,6% e -27,2% respectivamente), a qual se mostra ainda maior quando se contrastam os meses de fevereiro de 2014 e de 2015 (-26% e -27,7%). Esses resultados vêm na esteira dos ajustes recessivos promovidos atualmente na esfera federal, bem como do cenário de demanda externa desaquecida, sinalizando perspectivas de dificuldade para o ano corrente. Todavia a desvalorização cambial que vem sendo observada pode significar um alento para a competitividade das exportações gaúchas.

Exportações de couro e calçados do RS — 2003-14



Legenda:

- Curtimento e outras preparações de couro
- Calçados e suas partes

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secex-MDIC.

NOTA: Foram considerados os produtos dos capítulos 41 (excluindo couros e peles em bruto) e 64 da NCM.

Tomás Amaral Torezani
Mestre em Economia, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 13.03.15).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: Miriam de Toni, Fernando Maccari Lara, Renato Dal Maso, Martinho Roberto Lazzari, Rodrigo de Sá da Silva, Bruno Breyer Caldas, Guilherme Stein e Vanessa Neumann Sulzbach

Núcleo de Indicadores Conjunturais: Adalberto Maia Neto (coord.) e Marilyn Agranonik

Revisão: Mateus da Rosa Pereira

Diagramação: Graziela Brandini de Castro

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br